



FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE SA

Nossas
marcas



FRISA FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório de Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, acompanhadas de suas correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Em um ano desafiador para o setor frigorífico, sem dúvidas estamos no momento de refletir sobre os enormes obstáculos superados, porque não, valorizar os nossos resultados e traçar novos objetivos para a construção de um futuro próspero e sólido para o negócio.

Neste ano demos continuidade de forma intensiva ao processo de modernização e ampliação de nossa capacidade produtiva, nas melhorias de processos e gestão, iniciadas no ano de 2022, com foco principal na valorização e desenvolvimento profissional e humano dos nossos empregados, buscando sempre a excelência em tudo que fazemos.

A Companhia buscou em 2023 consolidar e ampliar sua área de atuação nos mercados interno e externo, tanto na carne *in natura* quanto nos produtos industrializados, fortalecer parcerias estratégicas e trabalhar na identificação de novas oportunidades, sempre em consonância com nossa missão de *fornecer produtos de alta qualidade, contribuindo para o bem-estar dos nossos consumidores, mantendo os mais altos padrões de ética, integridade e responsabilidade social.*

Por fim, seguiremos com a estratégia pautada na geração de valor para os acionistas, agregando valor para a cadeia pecuária, para as comunidades onde atuamos, com foco no compromisso da companhia com a sustentabilidade e para todos os nossos clientes e empregados.

Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada na Companhia. Aos nossos empregados, nosso agradecimento pela dedicação e empenho no desenvolvimento de suas atividades, sem o qual não conseguiríamos atingir nossos objetivos.

Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas da

FRISA – FRIGORÍFICO RIO DOCE S.A.

Colatina – ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., (“FRISA” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis montantes relevantes. A Administração aplica no mínimo anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Administração sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Avaliamos e obtivemos entendimento sobre os controles operacionais, projeções de fluxos de caixa futuros e o processo usado na sua elaboração, inclusive com a comparação com os seus planos mais recentes de negócios.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do escopo e testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados pela Companhia:

- Atualizamos os entendimentos das premissas e metodologia dos cálculos matemáticos do valor em uso, que inclui a comparação das informações com expectativas de anos anteriores, previsões econômicas e setoriais e outras informações históricas;
- Acompanhamento das contagens de inventário físico dos bens do ativo imobilizado;
- Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a existência dos bens de ativo imobilizado, por meio da análise dos contratos firmados e do confronto das evidências de locação em andamento como reconhecimento de receitas; e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela administração da Companhia, para avaliação do valor recuperável dos ativos de vida útil definida e de longa duração, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Reconhecimento de receita – mensuração e registro das receitas de vendas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 27 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta receitas líquidas de R\$ R\$2.004.135 e R\$2.238.981, respectivamente, controladora e consolidada, dos quais os montantes de R\$2.004.078 e R\$2.237.302, respectivamente, controladora e consolidado, são provenientes de venda de carnes e derivados e fabricação de conservas para o mercado interno e externo. O processo de reconhecimento das receitas é complexo pois envolve etapas e inspeções de qualidade no mercado interno e externo para o seu reconhecimento. Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em conta a relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Atualizamos nosso entendimento dos controles considerados relevantes no processo de faturamento e de monitoramento dos recebíveis pela Companhia relacionados a receita;
- Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Companhia e controladas no cálculo das receitas faturadas;
- Recálculo das receitas faturadas ao final do exercício social;
- Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto das notas fiscais emitidas com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto;
- Obtivemos confirmações diretamente dos clientes da Companhia sobre os saldos de contas a receber e, para aqueles casos em que diferenças foram encontradas ou que não recebemos as respostas, nós testamos os itens de conciliação da diferença e/ou verificamos documentação suporte da existência dos títulos a receber e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas em Nota Explicativa nº 3.15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela administração da Companhia, para o reconhecimento de receitas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846 – S - ES

Cristiano Mendes de Oliveira

Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 – S - ES

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6	43.505	44.442	46.682	53.108	Empréstimos e financiamentos	16	221.855	222.879	225.329	268.758
Contas a receber de clientes	7	182.728	161.018	202.134	207.307	Fornecedores	15	106.237	99.500	203.052	194.361
Estoques	8	132.644	150.663	340.114	303.321	Adiantamentos	17	33.556	23.930	38.818	49.377
Impostos e contribuições a recuperar	9	29.413	16.738	41.540	24.302	Obrigações sociais	18	6.164	8.541	7.348	9.441
Adiantamentos	10	130.680	34.768	3.693	3.234	Obrigações fiscais	19	2.429	2.693	3.697	3.896
Despesas antecipadas		837	807	949	58	JSCP / Dividendos		270	270	270	270
Depósito vinculado		1.039	919	1.039	919	Provisão de férias		14.628	12.568	17.159	14.118
Outros		1.048	1.049	263	1.424	Parcelamentos federais	22	7.460	5.098	8.295	5.145
		521.894	410.404	636.414	593.673	Outras contas a pagar		2.982	2.689	3.498	3.064
								395.581	378.168	507.466	548.430
Não Circulante						Não Circulante					
<i>Realizável a longo prazo</i>						<i>Realizável a longo prazo</i>					
Depósitos judiciais	19	9.643	9.685	11.987	11.855	Empréstimos e financiamentos	16	140.489	30.715	140.489	31.176
Aplicações financeiras	11	6.100	5.425	6.100	5.425	Impostos diferidos	21	8.460	8.460	8.727	8.727
Incentivos fiscais não aplicados		92	92	92	92	Parcelamentos federais	22	367	10.279	6.965	18.545
Depósito vinculado		1	1	1	1	Provisão para contingências	20	9.346	8.189	11.718	10.295
Outros		305	227	319	227	Passivo a descoberto	12	2.775	6.552	-	-
						Outras contas a pagar		35	81	35	81
								161.472	64.276	167.934	68.824
Investimentos	12	21.147	30.129	37	31	Patrimônio Líquido					
Imobilizado	13	121.688	110.642	144.252	130.099	Capital Social	25.1	120.098	120.098	120.098	120.098
Intangível	14	1.327	1.276	1.340	1.284	Ajustes de avaliação patrimonial	25.3	16.934	16.934	16.934	16.934
		160.303	157.477	164.128	149.014	Prejuízos acumulados		(11.741)	(11.448)	(11.741)	(11.448)
						Ações em Tesouraria		(147)	(147)	(147)	(147)
								125.144	125.437	125.144	125.437
						Atribuído a particip. dos acionistas controladores					
								125.144	125.437	125.144	125.437
						Participações de acionistas não controladores					
								-	-	(2)	(4)
								125.144	125.437	125.142	125.433
Total do Ativo		682.197	567.881	800.542	742.687	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		682.197	567.881	800.542	742.687

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida de produtos e serviços	27	2.004.135	2.273.027	2.238.981	2.451.467
Custo dos produtos vendidos	28	<u>(1.740.832)</u>	<u>(1.985.561)</u>	<u>(1.943.329)</u>	<u>(2.165.131)</u>
Lucro bruto		263.303	287.466	295.652	286.336
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	29	(171.152)	(159.618)	(196.636)	(177.062)
Gerais e administrativas	30	(59.166)	(56.341)	(66.016)	(61.132)
Depreciação e amortização	29(a)/30(a)	(1.293)	(1.538)	(1.747)	(1.954)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	31	<u>2.668</u>	<u>7.868</u>	<u>3.711</u>	<u>7.418</u>
		(228.943)	(209.629)	(260.688)	(232.730)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(5.205)	(25.526)	-	-
Participação dos empregados nos lucros		(259)	(2.772)	(259)	(2.772)
Resultado operacional		28.896	49.539	34.705	50.834
Receitas financeiras	32	60.652	73.505	62.783	75.680
Despesas financeiras	32	<u>(89.841)</u>	<u>(99.142)</u>	<u>(95.538)</u>	<u>(101.842)</u>
Resultado antes dos impostos incidentes		(293)	23.902	1.950	24.672
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(2.240)	(770)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		<u>(293)</u>	<u>23.902</u>	<u>(290)</u>	<u>23.902</u>
Atribuído aos acionistas controladores				(293)	23.906
Atribuído aos acionistas não controladores				2	(4)
Lucro/Prejuízo básico por ação (em R\$)	26	(0)	2		
Lucro/Prejuízo diluído por ação (em R\$)	26	(0)	2		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(293)	23.902	(290)	23.902
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	(293)	23.902	(290)	23.902

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa				
Resultado do exercício	(293)	23.902	(290)	23.902
Depreciação e amortização	5.811	6.126	6.840	6.636
Provisão para contingências	1.157	(362)	1.423	(474)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	(2.430)	428	(2.430)	428
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	248	204	311	305
Resultado da equivalência patrimonial	8.982	(13.920)	-	-
Passivo a descoberto	(3.778)	6.030	-	-
Baixas de ativos imobilizado e intangível	854	230	905	252
	10.551	22.638	6.759	31.049
Variações em ativos e passivos operacionais, circulante e não circulante				
Clientes	(19.528)	(40.338)	(20.687)	(89.105)
Estoques	18.019	101.889	(8.995)	(18.338)
Impostos e contribuições a recuperar	(12.675)	(8.769)	(16.744)	(12.838)
Adiantamentos	(95.912)	(27.160)	(391)	1.421
Outros ativos	(1)	250	(239)	(378)
Contas a pagar a fornecedores	6.737	8.591	8.675	83.412
Obrigações fiscais e sociais, e provisão de férias e outras	(582)	7.033	750	2.534
Adiantamentos de clientes	9.626	5.126	(107.312)	30.573
Parcelamentos federais e outras obrigações	(7.550)	(4.333)	(8.431)	569
Outros passivos	292	423	93.392	355
	(101.574)	42.712	(59.982)	(1.795)
	(19.528)	(40.338)	(20.687)	(89.105)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	(91.023)	65.350	(53.223)	29.254
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Depósito vinculado	(120)	4.101	(120)	4.101
Adições ao ativo permanente	(19.271)	(21.480)	(23.524)	(27.179)
Venda do imobilizado	1.644	779	1.708	1.147
Adições aos investimentos	(65)	(2)	3.706	(6)
Recebimento de dividendos de controlada	-	(1.000)	-	-
Adições ao intangível	(133)	(337)	(136)	(176)
Caixa líquido (consumido) gerado provenientes das atividades de financiamento	(17.945)	(17.939)	(18.366)	(22.113)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	108.706	(41.751)	65.838	244.390
Aplicações financeiras de longo prazo	(675)	(5.425)	(675)	(243.348)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(5.425)
Caixa líquido consumido (gerado) proveniente das atividades de financiamentos	108.031	(47.176)	65.163	(4.383)
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(937)	235	(6.426)	2.758
Caixa e equivalentes no início do exercício	44.442	44.207	53.108	50.350
Caixa e equivalentes no final do exercício	43.505	44.442	46.682	53.108
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(937)	235	(6.426)	2.758

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Atribuível aos Acionistas Controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.098	11.570	16.934	-	(46.920)	(147)	101.535
Resultado do exercício	-	-	-	-	23.902	-	23.902
Reversão de reserva de capital para absorção de prejuízos acumulados	-	(11.570)	-	-	11.570	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.098	-	16.934	-	(11.448)	(147)	125.437
Resultado do exercício	-	-	-	-	(293)	-	(293)
Reversão de reserva de capital para absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	120.098	-	16.934	-	(11.741)	(147)	125.144

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 1º de novembro de 1968, na forma de Sociedade Anônima de Capital Fechado, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEES - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em 5 de novembro de 1968, com a denominação de Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.

A Companhia explora o ramo de abatedouro e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes e derivados, e fabricação de conservas (congelados, defumados, embutidos e enlatados).

O parque fabril divide-se em duas unidades industriais localizadas nas cidades de Colatina (ES), responsável pelo abate, industrialização de carnes, fabricação de charques e conservas (congelados, enlatados, embutidos e defumados), e Nanuque (MG), responsável pelo abate e industrialização de carnes. Também há uma unidade de armazenagem e distribuição localizada na cidade de Niterói (RJ) e uma unidade atacadista na cidade de Teixeira de Freitas (BA).

A Companhia distribui seus produtos por vários estados do País, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, além de exportar para países localizados na Europa, Oriente Médio, Ásia, África e Estados Unidos e América do Sul.

A Companhia detém participações societárias nas empresas: Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (99,94%), localizada na cidade de Teixeira de Freitas (BA), Frisa Comercial S.A. (100%), com matriz localizada na cidade de Colatina (ES) e Frisa Agropecuária S.A. (100%), com matriz localizada na cidade de Nanuque (MG).

As unidades produtivas da Companhia, localizadas em Colatina (ES) e Nanuque (MG), possuem licenças de operação (LO) vigentes, expedidas pelos órgãos ambientais dos respectivos Estados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis incluem:

- As demonstrações contábeis consolidadas preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; e,

- As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, as quais estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do caixa e equivalente de caixa, que foram mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 20 - Provisão para contingências; e,
- Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Para as empresas controladas que apresentam patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), a Companhia registra a respectiva provisão, a qual é apresentada no grupo do passivo não circulante.

3.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do

ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivo financeiro

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem gastos com empréstimos, financiamentos, adiantamentos de contratos de exportações e consórcios, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou

venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Caixa e equivalente de caixa

Os montantes apresentados em bancos e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados à sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Títulos Públicos Federais, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Fundos de Investimento, remunerados a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cuja intenção é a sua manutenção até o prazo de vencimento do certificado, e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

3.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão líquidas da provisão para perdas, são apresentadas pelo valor faturado e não tem a incidência de juros.

A provisão para perdas é constituída com base na análise dos créditos a receber, elaborada pela Administração da Companhia em face dos riscos envolvidos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas nos valores a receber.

3.6. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas com venda.

3.7. Imobilizado

3.7.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicáveis.

Os gastos com reformas e manutenção, que aumentam significativamente a vida útil das instalações e equipamentos, são capitalizados.

Os itens do ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.7.2. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 25 anos
Equipamentos de informática	3 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 a 25 anos
Veículos	10 a 25 anos
Outros	10 a 25 anos

3.8. Intangível

Refere-se, principalmente, a custos incorridos com projeto de tratamento de efluentes e implantação de sistemas de informática, os quais estão sendo amortizados pelo método linear no prazo de cinco anos, à taxa anual de 20%.

3.9. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.10. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente, quando aplicável, é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo.

3.11. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na NBC TG 02 e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou reconhecida como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13. Imposto de Renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

As unidades de Colatina (ES) e Nanuque (MG) da Companhia, e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda são beneficiárias do incentivo fiscal federal da SUDENE, reduzindo em 75% o Imposto de Renda, apurado através do lucro da exploração sobre as atividades industriais.

3.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. A Companhia, em 31 de dezembro 2023, não tem nenhum ativo ou passivo (contas a receber ou contas a pagar) a ser ajustado a valor presente.

3.15. Receita de venda

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador; na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e suas controladas e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação

no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos da NBC TG 41 e IAS 33.

3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.18. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez

que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora, daquelas empresas onde a Companhia detém o controle, conforme detalhadas a seguir:

	Porcentagem de participação	
	2023	2022
Controladas:		
Frisa Comercial S.A.	100,00%	100,00%
Frisa Agropecuária S.A.	100,00%	100,00%
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	99,94%	99,94%

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

As controladas são consolidadas desde a data de sua aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que cessa tal controle.

Os principais procedimentos de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do exercício e patrimônio líquido que não são detidos pelo Grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma

maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;

- (e) Os saldos das transações intercompanhias são eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas são destacadas no balanço patrimonial; e
- (f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

5. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis de aplicações financeiras constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos em sua negociação com terceiros ou, na ausência deles, quando comparados com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares. O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira no encerramento do exercício.

Instrumentos Financeiros	2023	2022
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	16.594	5.526
Contas a receber de clientes	59.622	60.323
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	(85.438)	(87.647)
Adiantamento de clientes no exterior	(26.350)	(23.930)
	(35.572)	(45.728)

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia se subordina às normas de créditos fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é obtido por meio da seleção de clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização de risco). A Companhia conta, ainda, com provisão para devedores duvidosos para fazer face ao risco de crédito.

(b) Risco de taxa de câmbio

A Companhia atualiza empréstimo em decorrência da variação do dólar. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas frente ao real:

	2023		2022	
	Taxa Média	Taxa Final	Taxa Média	Taxa Final
Dólar (US\$)	4,9947	4,8407	5,3956	5,2177

(c) Análise de sensibilidade de risco

A Companhia não prevê riscos futuros que impactem de forma relevante o seu patrimônio líquido, uma vez que parte de seus empréstimos e financiamentos são atrelados a taxas fixas. A variação cambial referente a diferença entre os ativos e passivos em moeda estrangeira também não se mostra relevante em relação ao seu patrimônio. Mesmo assim, divulgamos os cenários estimados do dólar americano (USD), o qual a previsão para o ano de 2024 está se mostrando estável ou com baixa variação frente ao real. Nesses termos, foi efetuada uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia oriundos do incremento deste cenário provável em 25% e 50%, considerados como possível e remoto.

(d) Swaps de moeda

Os resultados da Companhia poderão sofrer significativas variações decorrentes das oscilações das taxas de juros e câmbio.

Os instrumentos financeiros são utilizados tanto para proteger as futuras exportações, como também reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos em moedas estrangeiras.

Os ativos financeiros estão representados no balanço pelos seus valores de custo acrescidos das respectivas apropriações de receitas incorridas até a data do balanço, próximos aos valores de mercado.

A Companhia realiza operações de swap de moeda com o objetivo de minimizar as eventuais perdas decorrentes da desvalorização do Real com relação ao Dólar norte-americano. Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças nas variações dos indicadores contratados sobre indexadores referenciais e são registrados pelo regime de competência em receitas ou despesas financeiras líquidas.

(e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por exemplo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser assim sumariados:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	362.345	253.593	365.818	299.934
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(43.505)	(44.442)	(46.682)	(53.108)
Dívida líquida	318.840	209.151	319.136	246.826
Patrimônio líquido	125.144	125.437	110.983	125.433
Patrimônio líquido e dívida líquida	443.984	334.588	430.119	372.259

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os de caixa e equivalentes incluem os saldos em conta corrente e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias da data do balanço. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Em moeda nacional:				
Caixa, bancos e corretoras	5.639	7.875	7.483	8.803
Aplicações financeiras (a)	21.272	31.041	22.604	38.779
	26.911	38.916	30.088	47.582
Em moeda estrangeira:				
Bancos (b)	16.594	5.526	16.594	5.526
	16.594	5.526	16.594	5.526
	43.505	44.442	46.682	53.108

(a) Compreende as aplicações financeiras de curto prazo, de vencimento não é superior a 90 dias da data da contratação e há possibilidade de resgate imediato.

(b) Valores mantidos no Citibank USA NY e Itaú BBA em Nassau, conforme IN SRF nº 1.801/18 e Lei nº 14.286/21.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A redução ao valor recuperável contabilizada sobre as contas a receber é determinada pela previsão de realização e são consideradas as perdas históricas sobre o saldo de contas a receber.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No País	124.512	104.158	152.443	158.910
No Exterior	59.622	60.323	59.622	60.323
	<u>184.134</u>	<u>164.481</u>	<u>212.065</u>	<u>219.233</u>
Variações cambiais sobre exportações	2.057	(374)	2.057	(374)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(3.463)	(3.214)	(11.988)	(11.677)
Outros créditos	-	125	-	125
	<u>182.728</u>	<u>161.018</u>	<u>202.134</u>	<u>207.307</u>

(a) A controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda, possui um montante de PCLD no valor de R\$ 8.525 e R\$ 8.463, respectivamente, em 2023 e 2022. Estrategicamente, por estar localizada no estado da Bahia, a controlada concentra o maior volume de suas vendas na região. Historicamente, o nível de inadimplência dessa controlada, sempre foi superior ao nível de inadimplência observado em sua controladora.

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	160.000	146.169	175.141	134.120
Vencidos até 30 dias (a)	9.373	9.524	10.820	37.160
Vencidos de 31 a 60 dias (a)	1.338	871	1.531	1.728
Vencidos de 61 a 90 dias (a)	1.226	253	1.773	204
Vencidos de 91 a 120 dias (a)	1.489	259	1.086	459
Vencidos de 121 a 150 dias	1.068	24	650	309
Vencidos de 151 a 180 dias	603	72	1.009	2.980
Vencidos acima de 180 dias	9.037	7.309	20.054	42.273
	184.134	164.481	212.065	219.233

(a) Em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados títulos com clientes no exterior no montante de R\$ 98.703 (R\$ 56.731 em 2022). Mencionada reclassificação se fez necessária, em razão de que as notas fiscais de exportação são emitidas com condição de pagamento à vista, mas efetivamente este recebimento ocorre, entretanto, entre 30 a 120 dias após a sua emissão, conforme o país de destino da exportação. A classificação dos valores em 2023 já contempla essa realidade.

Movimentação de provisão para perda financeira:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	3.215	3.011	11.677	11.372
Adições	248	204	311	305
(-) Recuperações	-	-	-	-
Saldo Final	3.463	3.215	11.988	11.677

8. ESTOQUE

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	77.789	95.020	89.981	105.785
Gado bovino para engorda	-	-	123.678	94.204
Matérias-primas, embalagens e secundários	22.227	26.337	85.724	68.329
Materiais de manutenção e consumo	32.628	29.306	40.731	35.003
	132.644	150.663	340.114	303.321

A subsidiária integral Frisa Agropecuária S.A., possui gado bovino para engorda, que conforme o CPC 29 (IAS 41), se constitui em ativo biológico mantido em atividade agrícola, que deve ser mensurado ao seu valor justo desde que possa ser mensurado de forma confiável. Contudo, a Administração julgou, em seu melhor entendimento, que o “gado bovino para engorda” deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas, principalmente pelas seguintes razões:

- (a) não ser praticável a mensuração confiável do valor justo dos ativos biológicos, que demandaria a utilização de variáveis críticas não-observáveis (por exemplo, peso) e para as quais a Companhia e suas subsidiárias não têm, ainda, controles e processos que permitam sua adequada aferição; e
- (b) o método de custo ser uma técnica de avaliação de seus animais vivos que representa uma aproximação razoável da mensuração ao valor justo, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida.

Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam riscos financeiros e compromissos que impactassem os ativos biológicos da controlada.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS (a)	485	99	485	101
IRPJ	1.193	790	2.016	1.448
CSLL	114	114	340	281
PIS (a)	5.576	3.432	7.556	4.613
COFINS (a)	21.938	12.224	31.027	17.669
Outros	107	79	116	190
	29.413	16.738	41.540	24.302

(a) Refere-se a saldo credor de ICMS, PIS e COFINS acumulados em função das operações de exportação.

10. ADIANTAMENTOS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários	1.332	1.623	1.513	1.664
Clientes	388	655	388	655
Fornecedores	609	422	1.590	591
Adiantamentos p/ Subsidiaria Integral (a)	128.157	31.757	-	-
Viagens	116	223	122	234
Outros	78	88	80	90
	130.680	34.768	3.693	3.234

(a) São aportes financeiros feitos na controlada Frisa Agropecuária S.A. para aquisição de insumos e serviços necessários à sua operação. Esses numerários serão devolvidos pela controlada ou serão utilizados para futuro aumento de capital.

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Banco do Nordeste - Renda Fixa	1.766	1.592	1.766	1.593
Banco do Nordeste - CDB / RDB	4.334	3.832	4.334	3.832
	6.100	5.425	6.100	5.425

12. INVESTIMENTOS E PASSIVO DESCOBERTO

Controladas	Participação	Qtd. de Quotas	Patrimônio	2023
				Resultado
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	(2.775)	3.778
Frisa Comercial S.A. (b)	100,00%	1.653	6.990	1.578
Frisa Agropecuária S.A. (c)	100,00%	1.000	14.157	(10.561)
			18.372	(5.205)
Participação dos minoritários			-	-
Outros investimentos			-	-
			18.372	(5.205)

Controladas	Participação	Qtd. de Quotas	Patrimônio	2022
				Resultado
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. (a)	99,94%	2.199	(6.552)	(6.029)
Frisa Comercial S.A. (b)	100,00%	1.653	5.412	1.675
Frisa Agropecuária S.A. (c)	100,00%	1.000	24.717	(21.172)
			23.577	(25.526)
Participação dos minoritários			-	-
Outros investimentos			-	-
			23.577	(25.526)

a) Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.

Sociedade foi constituída em 9 de fevereiro de 1996 na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e denominação social de Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.

A Sociedade explora as atividades de: abate e frigorificação de animais, principalmente bovinos e bufalinos; comércio por atacado e varejo de produtos alimentícios em geral e, em especial, de produtos derivados do abate; prestação de serviços de abate de bovinos e bufalinos.

O parque fabril encontra-se localizado na cidade de Teixeira de Freitas (BA) e é responsável pelo abate e industrialização de carnes.

A Sociedade distribui seus produtos por vários Estados do País, principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste, sendo que sua unidade produtiva possui Licença de Operação (LO) vigente, expedida pelo órgão ambiental do respectivo Estado. A Empresa também distribui seus produtos no mercado externo, especificamente para países do sudeste asiático.

b) Frisa Comercial S.A.

A Subsidiária integral foi constituída em 14 de setembro de 2010 na forma de sociedade anônima, a partir do patrimônio das filiais varejistas do Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., sua única acionista. A Sociedade explora a atividade de comércio varejista de carnes e derivados e diversos produtos como embutidos, enlatados, defumados. A Companhia possui atualmente 11 lojas em operação, sendo 8 no Estado do Espírito Santo, 2 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado da Bahia.

c) Frisa Agropecuária S.A.

A Subsidiária integral foi constituída em 25 de fevereiro de 2021, na forma de sociedade anônima com sede em Nanuque (MG), através de escritura pública de constituição de sociedade subsidiária integral sendo a Frisa Frigorífico Rio Doce S.A., sua única acionista. A Sociedade explora a atividade de engorda de gado bovino para corte com a finalidade principal a venda para as unidades de abates do Frisa Frigorífico Rio Doce S.A. e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. Atualmente a empresa possui 7 filias, sendo 3 no Estado de Minas Gerais, 2 no Estados do Espírito Santo, 1 no Estado da Bahia e 1 no Estado de Goiás.

d) Provisão para perdas em controlada.

Empresa	2023			
	Controladora		Consolidado	
	Patrimônio Líquido	Resultado	Investimento	Passivo a Descoberto
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	(2.776)	3.780	99,94%	(2.775)
	(2.776)	3.780		(2.775)

Em 2023, foi constituída a provisão para perda sobre a controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda., no valor de R\$ 2.775 em conta do passivo exigível a longo prazo (passivo a descoberto), ajustando para zero o valor do investimento na mesma.

13. IMOBILIZADO

						Controladora	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Composição	Taxa de Depreciação %	Custo	Custo	Depreciação Acumulada	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	26.542	26.542	-	-	26.542	26.542
Edificações	1,67%	43.940	43.912	(19.391)	(18.426)	24.549	25.486
Máquinas e equipamentos	4 a 10%	123.962	115.956	(77.134)	(72.554)	46.827	43.402
Equipamentos de Informática	10 a 33,33%	5.406	5.211	(4.915)	(4.635)	491	576
Móveis e Utensílios	4 a 10%	7.499	6.894	(4.834)	(4.533)	2.665	2.361
Veículos	4 a 10%	33.845	36.242	(29.698)	(30.985)	4.147	5.257
Outros	4 a 10%	1.492	1.449	(1.117)	(1.079)	375	370
		242.685	236.206	(137.089)	(132.213)	105.596	103.993
Pastagens	-	20	20	-	-	20	20
Imobilizações em andamento	-	16.072	6.629	-	-	16.072	6.629
		258.777	242.855	(137.089)	(132.213)	121.688	110.642

						Consolidado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Composição	Taxa de Depreciação %	Custo	Custo	Depreciação Acumulada	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	27.967	27.967	-	-	27.967	27.967
Edificações	1,67%	55.956	51.288	(21.728)	(20.589)	34.228	30.699
Máquinas e equipamentos	4 a 10%	135.090	124.696	(82.093)	(76.918)	52.997	47.778
Equipamentos de Informática	10 a 33,33%	5.741	5.469	(5.159)	(4.823)	582	646
Móveis e Utensílios	4 a 10%	8.630	7.789	(5.201)	(4.834)	3.430	2.955
Veículos	4 a 10%	35.356	37.754	(31.175)	(32.450)	4.182	5.304
Outros	4 a 10%	6.302	5.998	(4.322)	(4.056)	1.978	1.942
		275.041	260.961	(149.677)	(143.670)	125.364	117.290
Pastagens	-	20	20	-	-	20	20
Imobilizações em andamento	-	18.868	12.789	-	-	18.868	12.789
		293.930	273.770	(149.677)	(143.670)	144.252	130.099

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	31.12.2023
Terrenos	26.542	-	-	-	26.542
Edificações	25.486	28	-	(965)	24.549
Máquinas e equipamentos	43.401	8.885	(522)	(4.937)	46.827
Equipamentos de Informática	576	218	(5)	(298)	491
Móveis e Utensílios	2.360	646	(28)	(313)	2.665
Veículos	5.257	-	(289)	(821)	4.147
Outros	371	51	(10)	(37)	375
	103.993	9.828	(854)	(7.371)	105.596
Pastagens	20	-	-	-	20
Imobilizações em andamento	6.629	9.443	-	-	16.072
	110.642	19.271	(854)	(7.371)	121.688

Controladora	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31.12.2022
Terrenos	26.542	-	-	-	26.542
Edificações	20.809	5.606	(34)	(895)	25.486
Máquinas e equipamentos	36.557	11.279	(152)	(4.282)	43.402
Equipamentos de Informática	690	288	(2)	(400)	576
Móveis e Utensílios	1.876	752	-	(268)	2.360
Veículos	4.418	1.736	(41)	(856)	5.257
Outros	347	69	-	(46)	370
	91.239	19.730	(230)	(6.746)	103.993
Pastagens	20	-	-	-	20
Imobilizações em andamento	4.879	1.750	-	-	6.629
	96.138	21.480	(230)	(6.746)	110.642
Consolidado	31.12.2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	31.12.2023
Terrenos	27.967	-	-	-	27.967
Edificações	30.699	4.668	-	(1.139)	34.228
Máquinas e equipamentos	47.777	11.288	(574)	(5.494)	52.997
Equipamentos de Informática	646	295	(5)	(354)	582
Móveis e Utensílios	2.955	882	(28)	(379)	3.430
Veículos	5.304	-	(289)	(833)	4.182
Outros	1.942	312	(9)	(267)	1.978
	117.290	17.445	(905)	(8.466)	125.364
Pastagens	20	-	-	-	20
Imobilizações em andamento	12.789	6.079	-	-	18.868
	130.099	23.524	(905)	(8.466)	144.252

Consolidado	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31.12.2022
Terrenos	27.967	-	-	-	27.967
Edificações	25.583	6.197	(34)	(1.047)	30.699
Máquinas e equipamentos	40.185	12.654	(175)	(4.887)	47.777
Equipamentos de Informática	757	345	(2)	(454)	646
Móveis e Utensílios	2.356	923	-	(324)	2.955
Veículos	4.477	1.774	(41)	(906)	5.304
Outros	2.010	99	-	(167)	1.942
	103.335	21.992	(252)	(7.785)	117.290
Pastagens	20	-	-	-	20
Imobilizações em andamento	7.602	5.187	-	-	12.789
	110.957	27.179	(252)	(7.785)	130.099

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou os terrenos do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

14. INTANGÍVEL

		Controladora					
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Composição	Taxa de Amortização %	Custo	Custo	Amortização Acumulada	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	310	310	(310)	(310)	-	-
Projetos	20%	529	529	(529)	(529)	-	-
Direitos de uso de software	20%	1.571	1.571	(1.491)	(1.409)	80	162
		2.410	2.410	(2.330)	(2.248)	80	162
Intangível em andamento	-	1.247	1.114	-	-	1.247	1.114
		3.657	3.524	(2.330)	(2.248)	1.327	1.276

		Consolidado					
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Composição	Taxa de Amortização %	Custo	Custo	Amortização Acumulada	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	10%	310	310	(310)	(310)	-	-
Projetos	20%	629	629	(629)	(629)	-	-
Direitos de uso de software	20%	1.623	1.620	(1.536)	(1.449)	87	170
		2.562	2.559	(2.475)	(2.389)	87	170
Intangível em andamento	-	1.253	1.114	-	-	1.253	1.114
		3.815	3.673	(2.475)	(2.389)	1.340	1.284

15. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com aquisição de gado, serviços e materiais necessários à produção da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos estão assim demonstrados:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de gado	66.692	70.249	148.589	146.513
Outros fornecedores	39.545	29.251	54.463	47.848
	106.237	99.500	203.052	194.361

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição	Controladora					
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Total	Total
<i>Em moeda nacional:</i>						
Capital de giro (a)	136.021	134.254	139.689	29.514	275.709	163.768
Aquisição de imobilizado (b)	396	978	801	1.201	1.198	2.179
	136.417	135.232	140.490	30.715	276.907	165.947
<i>Em moeda estrangeira:</i>						
Capital de giro (c)	85.437	87.647	-	-	85.437	87.647
	221.854	222.879	140.490	30.715	362.344	253.594

Composição	Consolidado					
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Total	Total
<i>Em moeda nacional:</i>						
Capital de giro (a)	139.476	179.970	139.689	29.962	279.165	209.932
Aquisição de imobilizado (b)	414	1.154	801	1.201	1.215	2.355
	139.890	181.124	140.490	31.163	280.380	212.287
<i>Em moeda estrangeira:</i>						
Capital de giro (c)	85.438	87.647	-	-	85.438	87.647
	225.328	268.771	140.490	31.163	365.818	299.934

- (a) Refere-se se a financiamentos contratados junto aos Bancos do Brasil, Itaú, BOCOM BBM, ABC Brasil, Votorantim e Santander.
- (b) Refere-se a contratos de Finame com Banco do Brasil e Banco Banestes, em que a propriedade do bem é transferida ao banco até a liquidação total da dívida e a um financiamento junto ao Banco do Nordeste para aquisição de ativo imobilizado.
- (c) Adiantamentos de contrato de câmbio, em moeda estrangeira, no montante de US\$ 17.650 (US\$ 16.798 em 2022).

Um empréstimo do Banco Bocon BBM S.A. está sujeito a vencimento antecipado mediante a ocorrência de eventos específicos, detalhados em contratos, ligados diretamente à insolvência econômica da companhia, comprovação de atos ilícitos ou inadimplemento de obrigações assumidas. Em 31 de dezembro de 2023, nenhum dos itens relacionados em contrato, que pudessem ensejar em liquidação antecipada, foram constatados.

COMPOSIÇÃO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	VENC. FINAL	TAXA %	GARANTIA
CAPITAL DE GIRO						
Itau Unibanco	15.086	-	15.086	Jan/2024 e Abril/2024	100% CDI + 2,50 a.a	Aval
Bco BOCOM BBM	19.318	10.417	29.735	Mai/25.	100% CDI + 2,30% a.a	Cessão Fiduciária
Bco Votorantim	9.366	-	9.366	Ago/24	89% CDI	Aval
Sicoob - Coop Cred Leste Cap	56.654	75.294	131.948	Jan/24 a Jul/25	15,50 a.a, 16,00a.a, 14,60 a.a e 100% CDI + 3%	Aval
Bco Santander Brasil	19.334	-	19.334	Nov/23	100% CDI - 0,74%	Aval
Bco ABC Brasil	-	11.973	11.973	Nov/2024	10,50% a.a	Aval
Bco do Brasil	2.109	8.000	10.109	Set/26	100% CDI + 2,48% a.a	Cessão de Direitos Creditórios
Bco Banestes	14.154	34.004	48.158	Ago/25 e Set/27	12,50% a.a e 3,04% + 100% CDI	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO	136.021	139.688	275.709			
ATIVO FIXO						
Bco do Brasil - Finame	193	-	193	Jan/24 a Set/24	3,50% até 6% a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Banestes - Finame	1	-	1	Jan/24	9,50 a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Nordeste - Finame	202	801	1.003	Jul/28	100%IPCA+ 2,11 a.a e 100%IPCA +1,73 a.a	Alienação Fiduciária
TOTAL ATIVO FIXO	396	801	1.197			
TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	136.417	140.489	276.906			
CAPITAL DE GIRO - ACC						
Bco do Brasil - ACC	85.438	-	85.438	Abril/2024 a Jun/2024	7,05, 7,95, 7,95, 10,08, 10,40 e 10,40% a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO - ACC	85.438	-	85.438			
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO	221.855	140.489	362.344			

Controladora
2022

COMPOSIÇÃO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	VENC. FINAL	TAXA %	GARANTIA
CAPITAL DE GIRO						
Bco Safra	8.061	-	8.061	Jun/23	100% CDI + 1,800006 a.a	Aval
Itau Unibanco	15.925	-	15.925	Jan/23 e Mai/23	100% CDI + 2,50 a.a	Aval
Bco BOCOM BBM	21.117	29.514	50.631	Nov/23 a Mai/25.	100% CDI + 2,30% a.a e 5% a.a	Cessão Fiduciária
Bco Nordeste	30.259	-	30.259	Jun/23 a Ago/23	0,85 a.m., 100% IPCA+1,98 a.a. e 0,263230% a.m. + IPCA	Cessão Fiduciária
Sicoob - Coop Cred Leste Cap	42.969	-	42.969	Jan/23 e Jul/23	10,75 a.a, 13,50 a.a, 14,90 a.a e 16,94 a.a.	Aval
Bco Santander Brasil	5.221	-	5.221	Jun/23	100% CDI + 0,74%	Aval
Bco ABC Brasil	10.701	-	10.701	Fev/23	100% CDI + 2,00 a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO	134.254	29.514	163.768			
ATIVO FIXO						
Bco do Brasil - Finame	750	194	944	Jan/23 a Set/24	2,50% até 6% a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Banestes - Finame	9	1	10	Jan/24	9,50 a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Nordeste - Finame	219	1.006	1.225	Jul/28	100%IPCA+ 2,11 a.a e 100%IPCA +1,73 a.a	Alienação Fiduciária
TOTAL ATIVO FIXO	978	1.201	2.179			
TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	135.231	30.716	165.947			
CAPITAL DE GIRO - ACC						
Bco do Brasil - ACC	87.647	-	87.647	Jan/23 a Mar/23	5,00, 5,10, 4,99, 5,87 e 5,98% a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO - ACC	87.647	-	87.647			
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO	222.879	30.715	253.594			

Consolidado
2023

COMPOSIÇÃO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	VENC. FINAL	TAXA %	GARANTIA
CAPITAL DE GIRO						
Itau Unibanco	15.085	-	15.085	Jan/2024 e Abril/2024	100% CDI + 2,50 a.a	Aval
Bco BOCOM BBM	19.317	10.417	29.734	Mai/25.	100% CDI + 2,30% a.a	Cessão Fiduciária
Bco Votorantim	9.366	-	9.366	Ago/24	89% CDI	Aval
Sicoob - Coop Cred Leste Cap	56.655	75.293	131.948	Jan/24 a Jul/25	15,50a.a, 16,00a.a, 14,60a.a e 100% CDI + 3%	Aval
Bco Santander Brasil	19.334	-	19.334	Nov/23	100% CDI - 0,74%	Aval
Bco ABC Brasil	-	11.973	11.973	Nov/2024	10,50% a.a	Aval
Bco do Brasil	2.109	8.000	10.109	Set/26	100% CDI + 2,48% a.a	Cessão de Direitos Creditórios
Bco Banestes	14.155	34.005	48.160	Ago/25 e Set/27	12,50% a.a e 3,04% + 100% CDI	Aval
Banestes (Frisa Agropecuária S.A.)	3.010	-	3.010	Nov/2024	11,50% a.a	Aval
Bco ABC Brasil (Frisa Comercial S.A.)	445	-	445	Abr/24	100% CDI + 4,03% a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO	139.476	139.688	279.164			
ATIVO FIXO						
Bco do Brasil - Finame	192	-	192	Jan/24 a Set/24	3,50% até 6% a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Banestes - Finame	1	-	1	Jan/24	9,50 a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Nordeste - Finame	203	801	1.004	Jul/28	100%IPCA+ 2,11 a.a e 100%IPCA +1,73 a.a	Alienação Fiduciária
Banco do Brasil - Finame (Frig. Nordeste Alim. Ltda.)	18	-	18			
TOTAL ATIVO FIXO	414	801	1.215			
TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	139.890	140.489	280.379			
CAPITAL DE GIRO - ACC						
Bco do Brasil - ACC	85.439	-	85.439	Abril/2024 a Jun/2024	7,05, 7,95, 7,95, 10,08, 10,40 e 10,40% a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO - ACC	85.439	-	85.439			
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO	225.329	140.489	365.818			

Consolidado
2022

COMPOSIÇÃO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TOTAL	VENC. FINAL	TAXA %	GARANTIA
CAPITAL DE GIRO						
Bco Safra	8.061	-	8.061	Jun/23	100% CDI + 1,800006 a.a	Aval
Itau Unibanco	15.925	-	15.925	Jan/23 e Mai/23	100% CDI + 2,50 a.a	Aval
Bco BOCOM BBM	21.117	29.514	50.631	Nov/23 a Mai/25.	100% CDI + 2,30% a.a e 5% a.a	Cessão Fiduciária
Bco Nordeste	30.259	-	30.259	Jun/23 a Ago/23	0,85 a.m., 100% IPCA+1,98 a.a. e 0,263230% a.m. + IPCA	Cessão Fiduciária
Sicoob - Coop Cred Leste Cap	42.969	-	42.969	Jan/23 e Jul/23	10,75 a.a, 13,50 a.a, 14,90 a.a e 16,94a.a.	Aval
Bco Santander Brasil	5.221	-	5.221	Jun/23	100% CDI + 0,74%	Aval
Bco ABC Brasil	10.701	-	10.701	Fev/23	100% CDI + 2,00 a.a	Aval
Banestes (Frisa Agropecuária S.A.)	44.383	-	44.383	Set/23	14,00% e 12,00% a.a	Aval
Bco ABC Brasil (Frisa Comercial S.A.)	1.334	448	1.782	Abr/24	100% CDI + 4,03% a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO	179.970	29.962	209.932			
ATIVO FIXO						
Bco do Brasil - Finame	750	194	944	Jan/23 a Set/24	2,50% até 6% a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Banestes - Finame	9	1	10	Jan/24	9,50 a.a.	Alienação Fiduciária
Bco Nordeste - Finame	218	1.006	1.224	Jul/28	100%IPCA+ 2,11 a.a e 100%IPCA +1,73 a.a	Alienação Fiduciária
Banco do Brasil - Finame (Frig. Nordeste Alim. Ltda.)	163	13	176			
TOTAL ATIVO FIXO	1.140	1.214	2.354			
TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	181.110	31.176	212.286			
CAPITAL DE GIRO - ACC						
Bco do Brasil - ACC	87.648	-	87.648	Jan/23 a Mar/23	5,00, 5,10, 4,99, 5,87 e 5,98% a.a	Aval
TOTAL CAPITAL DE GIRO - ACC	87.648	-	87.648			
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO	268.758	31.176	299.934			

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos de Clientes do Exterior (a)	26.350	23.930	26.350	23.930
Adiantamentos de Clientes Nacional	7.206	-	12.468	25.447
	33.556	23.930	38.818	49.377

(a) Refere-se aos adiantamentos recebidos no fechamento dos contratos, que variar entre 30%, 35%, 40% e 100%.

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários	264	3.157	281	3.174
INSS	3.260	2.677	3.925	3.150
FGTS	967	1.066	1.144	1.202
Funrural	490	332	783	588
Sesi / Senai	832	806	835	807
Outros	351	503	380	520
	6.164	8.541	7.348	9.441

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS	11	4	13	5
ICMS	1.509	1.875	1.840	2.225
IRRF	869	764	974	837
CSRF	26	36	27	37
PIS	-	-	3	2
COFINS	-	-	12	8
IRPJ	13	13	614	573
CSLL	1	1	214	210
	2.429	2.693	3.697	3.896

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Reconhecida quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável segurança.

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Os valores das provisões para contingências e depósitos judiciais podem ser assim demonstrados:

Composição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2023	2022	2023	2022
Causas Tributárias (a)	7.583	7.583	7.583	7.583
Causas Trabalhistas (b)	1.178	1.178	982	455
Causas Cívicas (c)	882	924	781	151
	9.643	9.685	9.346	8.189

Composição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2023	2022	2023	2022
Causas Tributárias (a)	9.603	9.603	9.604	9.603
Causas Trabalhistas (b)	1.488	1.292	1.333	541
Causas Cívicas (c)	896	960	781	151
	11.987	11.855	11.718	10.295

- (a) Refere-se ao depósito judicial da contribuição para a Previdência Social (Funrural). A Companhia homologou junto ao TRF da 2ª região o pedido de desistência, com renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, uma vez que houve a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) (Nota Explicativa nº 22).
- (b) Refere-se principalmente a questionamentos sobre verbas diversas como horas extras, adicional de insalubridade, de periculosidade, parcelas rescisórias e indenizações diversas.
- (c) Refere-se à ação de indenização por danos morais e danos materiais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 5.364 (R\$ 4.940 em 2022) na Controladora e R\$ 7.388 (R\$ 7.363 em 2022) no Consolidado, cuja materialização, na avaliação dos

assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, e por isso não estão provisionadas em consonância com o CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.

21. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO				
Base Negativa de Contribuição Social	-	-	(67)	-
Provisão para contingência	1.157	209	1.423	250
Depreciação Fiscal (a)	(9.749)	(8.597)	(11.236)	(9.812)
Base de Contribuição Social Diferido	(8.592)	(8.388)	(9.880)	(9.563)
<i>Alíquota Nominal</i>	<i>9%</i>	<i>9%</i>	<i>9%</i>	<i>9%</i>
Contribuição Social	773	755	889	861
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO				
Prejuízo Fiscal	-	-	(67)	-
Provisão para contingência	1.157	209	1.423	250
Depreciação Fiscal (a)	(9.749)	(8.597)	(11.236)	(9.812)
Base de Imposto de Renda Diferido	(8.592)	(8.388)	(9.880)	(9.563)
<i>Alíquota Nominal do Imposto (15%)</i>	<i>1.289</i>	<i>1.258</i>	<i>1.482</i>	<i>1.434</i>
<i>Alíquota Nominal do Adicional (10%)</i>	<i>859</i>	<i>839</i>	<i>988</i>	<i>956</i>
Imposto de Renda	2.148	2.097	2.470	2.391

(a) O imposto de renda e a contribuição social contabilizados em 2010, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre o montante de R\$ 24.882, provenientes da avaliação patrimonial dos terrenos da Companhia (Colatina - R\$ 14.470 / Nanuque - R\$ 614 / Niterói R\$ 9.798). Pelo mesmo fato, foram contabilizados os impostos no montante de R\$ 267 na controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.

22. PARCELAMENTOS FEDERAIS

	2023		2022		Controladora	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Composição						
Programa de recuperação fiscal - REFIS (a)	390	155	95	468	545	564
Programa especial de regularização tributária - PERT (b)	38	23	28	172	61	200
Programa de recuperação tributária - PRR (c)	7.020	189	4.975	9.639	7.209	14.614
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	12	-	-	-	12	-
	7.460	367	5.098	10.279	7.827	15.377
					Consolidado	
Composição						
Programa de recuperação fiscal - REFIS (a)	390	155	95	468	545	563
Programa especial de regularização tributária - PERT (b)	38	23	28	172	61	200
Programa de recuperação tributária - PRR (c)	7.855	6.787	5.022	17.905	14.642	22.927
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	12	-	-	-	12	-
	8.295	6.965	5.145	18.545	15.260	23.690

- (a) De acordo com o artigo 17 da Lei 12.865/13, foi reaberto, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para a adesão ao programa de parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941/2009 (Refis da crise). O valor mensal da parcela a pagar é R\$ 8 mil, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC acumulada. O parcelamento tem seu término em novembro de 2028.
- (b) Através da MP 783/2017 convertida pela Lei 13.496/2017 foi instituído o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, onde os débitos de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2017 poderiam ser regularizados através de parcelamento. O valor mensal da parcela a pagar é R\$ 2 mil, corrigidas mensalmente pela taxa SELIC acumulada. O parcelamento tem seu término em janeiro de 2030.
- (c) A Companhia e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. fizeram a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) em 09 de outubro de 2018, o qual foi instituído através da Lei 13.606 de 09 de janeiro de 2018 e regulamentado através da Instrução Normativa 1.804 de 25 de abril de 2018 que alterou a Instrução Normativa 1.784 de 19 de janeiro de 2018. O débito atualizado na data de adesão ao Programa era de R\$ 48.383 da Companhia e R\$ 15.918 da controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda. A modalidade de adesão escolhida foi do pagamento de 2,50% da dívida consolidada (principal somados multa e juros) como entrada e o restante em até 176 mensais e sucessivas, com valor limitado à 0,30% do valor da receita com comercialização da produção rural, usando como base de cálculo a média mensal do faturamento do ano anterior corrigidas pela SELIC. Através desta opção foi obtido um deságio referente dedução de multa e juros no saldo devedor de R\$ 16.691 na Companhia e R\$ 5.381 em sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.

23. PARTES RELACIONADAS

A divulgação das principais transações operacionais com partes relacionadas segue os critérios definidos pela Administração de divulgar individualmente os saldos de operações iguais ou superiores a 2% do total dessas operações (receitas, compras, saldo de clientes e saldo de fornecedores), sendo essa análise efetuada para cada parte relacionada. Adicionalmente, são divulgadas operações inferiores a esse critério quando ocorrerem transações que representem uma informação material. Caso alguma parte relacionada que não tenha atingido tais critérios, pode ser divulgada para fins de comparabilidade.

CONTROLADORA	Balança Patrimonial						Demonstração do Resultado			
	Clientes		Fornecedores		Adiantamentos p/ Subsidiária Integral (a)		Compras de Mercadorias / Serviços Tomados		Receita de Vendas / Serviços Prestados	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladas										
Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda.	132	226	14.572	(21.238)	-	-	156.552	98.423	761	1.306
Frisa Comercial S.A.	10.259	7.447	16	2	-	-	45	34	48.404	48.546
Frisa Agropecuária S.A.	14	6	1.597	30.278	128.156	31.757	283.884	229.789	40	5.653
Outras Partes Relacionadas										
Arthur Arpini Coutinho	-	-	-	-	-	-	90.656	90.715	-	-
Frisaju Frios Aracajú Ltda.	301	4.218	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.707	11.898	16.185	9.042	128.156	31.757	531.138	418.961	49.204	55.506

(a) O adiantamento para subsidiária integral compõe a nota explicativa nº 10.

CONSOLIDADO	Balança Patrimonial						Demonstração do Resultado			
	Clientes		Fornecedores		Adiantamentos p/ Subsidiária Integral		Compras de Mercadorias / Serviços Tomados		Receita de Vendas / Serviços Prestados	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Outras Partes Relacionadas										
Arthur Arpini Coutinho	-	-	-	-	-	-	106.801	107.374	-	-
Frisaju Frios Aracajú Ltda.	301	4.218	-	-	-	-	-	-	-	-
	301	4.218	-	-	-	-	106.801	107.374	-	-

As transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades do grupo econômico estão sendo divulgadas nas demonstrações contábeis controladas vide acima. As transações e os saldos *intercompany* existentes com partes relacionadas foram devidamente eliminados nas demonstrações contábeis do grupo econômico.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. As unidades de Colatina (ES) e Nanuque (MG) da controladora, e sua controlada Frigorífico Nordeste Alimentos Ltda são beneficiárias do incentivo fiscal federal da SUDENE, reduzindo em 75% o Imposto de Renda, apurado através do lucro da exploração, sobre as atividades industriais. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir

APURAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado Líquido Antes dos Impostos	(293)	23.902	1.950	24.672
Adições/Exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	5.205	25.526	5.205	25.526
Depreciação Contábil	7.388	6.883	8.524	7.795
Subvenções para investimentos	(2.578)	(47.187)	(2.578)	(47.187)
Doações e programas sociais	133	174	155	186
Outras diferenças	(1.263)	(909)	3.430	906
Base de Contribuição Social	8.592	8.388	16.686	11.898
Alíquota nominal	9%	9%	9%	9%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(773)	(755)	(1.502)	(1.071)
<i>Contribuição Social Corrente</i>	<i>(773)</i>	<i>(755)</i>	<i>(1.502)</i>	<i>(1.071)</i>
<i>Contribuição Social Diferido (Nota Explicativa 21)</i>	<i>773</i>	<i>755</i>	<i>889</i>	<i>861</i>
	0	(0)	(613)	(210)
Alíquota efetiva	0%	0%	-31%	-1%

APURAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado Líquido Antes dos Impostos	(293)	23.902	1.336	24.462
Adições/Exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	5.205	25.526	5.205	25.526
Depreciação Contábil	7.388	6.883	8.524	7.795
Subvenções para investimentos	(3.476)	(50.090)	(3.476)	(50.090)
Doações e programas sociais	133	174	155	186
Contribuição Social	-	-	613	210
Outras diferenças	(365)	1.993	7.227	3.809
Base de Imposto de Renda	8.592	8.388	19.584	11.898
Lucro da Exploração				
<i>Lucro da Exploração da Atividade com Redução de 75%</i>	-	-	4.080	-
<i>Alíquota Nominal do Imposto (15%)</i>	-	-	612	-
<i>Alíquota Nominal do Adicional (10%)</i>	-	-	384	-
	-	-	996	-
Total de Isenção e Redução (75%)	-	-	747	-
<i>Alíquota Nominal do Imposto (15%)</i>	(1.289)	(1.258)	(2.938)	(1.785)
<i>Alíquota Nominal do Adicional (10%)</i>	(859)	(839)	(1.934)	(1.166)
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	28	-
(-) Isenção e Redução do Imposto	-	-	747	-
IMPOSTO DE RENDA	(2.148)	(2.097)	(4.097)	(2.950)
<i>Imposto de Renda Corrente</i>	<i>(2.148)</i>	<i>(2.097)</i>	<i>(4.097)</i>	<i>(2.950)</i>
<i>Imposto de Renda Diferido (Nota Explicativa 21)</i>	<i>2.148</i>	<i>2.097</i>	<i>2.470</i>	<i>2.391</i>
	(0)	(0)	(1.627)	(560)
Alíquota efetiva	0%	0%	-83%	-2%

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Composição	2023		2022	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	10.850	87.325	10.850	87.325
Preferenciais	4.072	32.773	4.072	32.773
		120.098		120.098

25.2. Reserva de Incentivos Fiscais

Em virtude das alterações promovidas pela LC nº 160/2017, em especial ao §4º e 5º do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiros-fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal, são considerados subvenções para investimentos. O Estado do Espírito Santo regulamentou os benefícios fiscais através da Lei Estadual nº 10.887 de 08 de agosto de 2018, confirmando a obtenção do Certificado de Registro e Depósito – SE/CONFAZ nº 33/2018, datado de 01 de agosto 2018.

25.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em 2010 referente ao custo atribuído dos terrenos da companhia no momento de adoção inicial às normas internacionais de contabilidade, conforme permitido pela Resolução CFC nº 1.263/09 que aprovou a ITG 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos. Tal avaliação foi realizada por profissional independente, devidamente capacitado, que indicou aumento de R\$ 24.882 no valor dos terrenos da companhia e R\$ 785 nos terrenos de suas controladas, sendo que R\$ 8.460 foi registrado no passivo como impostos diferidos em função das diferenças temporárias. Desta forma, foi registrado como ajuste de avaliação patrimonial o montante líquido dos impostos em R\$16.422, além do reflexo líquido nas controladas no montante de R\$ 511, totalizando R\$ 16.934 em 31 de dezembro de 2010. Por se tratar unicamente de avaliação sobre terrenos, os valores serão realizados apenas com suas vendas.

25.4. Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 48, alínea “a” do Estatuto Social da Companhia de 12 de janeiro de 2021. Nos anos de 2023 e 2022 a reserva não foi constituída devido ao prejuízo do ano de 2021 não ter sido totalmente revertido.

25.5. Reserva de Investimentos

Nos anos de 2023 e 2022 a reserva não foi constituída devido ao prejuízo do ano de 2021, não ter sido totalmente revertido.

25.6. Dividendos Mínimos Obrigatórios

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Em 2023 e 2022, não ocorreu a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios.

25.7. Participação dos Empregados e Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração estabelecerá o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia, a cada ano, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação, de acordo com o seu Estatuto Social.

Para o período findo em 2023 e 2022, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores e remuneração dos Conselhos são apresentados a seguir, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05(R1):

Composição	2023	2022
Administradores		
Remuneração	2.391	2.859
Participação nos resultados - PPR	-	-
Encargos sociais	621	651
Benefícios	-	-
Previdência suplementar	-	-
Total	3.012	3.510
Conselhos		
Remuneração	237	187
Encargos sociais	71	37
	308	224
Total no período	3.320	3.734
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	3	5
Conselho Fiscal	3	-
Diretoria	3	3
	13	9

26. LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

Composição	2023	2022
Resultado líquido atribuível aos acionistas	(293)	23.902
Média ponderada por ações (mil)	15	15
Resultado líquido por ação (em R\$) - Básico e diluído	(19,50)	1.593,45

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía potenciais ações. Desta forma, não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, R\$147 em ações em tesouraria, representadas por 5,4382 Ações ON no valor de R\$60 e 7,9465 Ações ON no valor de R\$87.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda de produtos - Mercado interno	1.291.050	1.367.901	1.542.726	1.551.225
Venda de produtos - Mercado externo	831.026	985.679	831.026	985.679
Prestação de serviços - Mercado interno	58	124	1.680	732
Receita operacional bruta	2.122.134	2.353.704	2.375.432	2.537.636
Impostos sobre vendas e outras deduções	(117.998)	(80.677)	(136.450)	(86.169)
Impostos sobre serviços	(1)	-	(1)	-
	(117.999)	(80.677)	(136.451)	(86.169)
Receita operacional líquida	2.004.135	2.273.027	2.238.981	2.451.467

28. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo de estoques, matérias-primas e insumos	1.591.199	1.851.873	1.748.824	2.001.004
Salários e benefícios	99.371	91.218	118.885	104.763
Depreciação e amortização	5.513	4.930	6.083	5.366
Energia elétrica	14.846	12.333	17.088	14.491
Material de consumo	8.875	8.157	9.388	8.598
Material de limpeza	2.447	2.574	2.770	2.830
Manutenção e conservação	9.189	6.450	10.342	7.286
Prestação de serviços	4.170	4.233	23.437	16.127
Seguros	1.592	378	1.746	413
Outros custos	3.630	3.417	4.766	4.253
	1.740.832	1.985.561	1.943.329	2.165.131

29. DESPESAS OPERACIONAIS COM VENDAS E COMERCIAIS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fretes e carretos	30.593	20.917	38.675	24.297
Despesas com pessoal	36.760	32.450	44.270	37.595
Transportes próprios	10.426	12.758	11.378	13.971
Comissões sobre vendas	14.079	13.794	15.622	15.447
Despesas com exportação	63.650	67.138	63.650	67.140
Depreciação e amortização (a)	908	988	1.315	1.353
Outras despesas com vendas	15.644	12.561	23.041	18.612
	172.060	160.606	197.950	178.415

(a) O valor de depreciação e amortização está divulgado na demonstração de resultado do exercício, somado à depreciação e amortização do grupo de despesas gerais e administrativa.

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Composição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas com pessoal	21.507	19.977	24.346	22.182
Transportes próprios	426	485	514	539
PAT e transportes de funcionários	19.499	16.716	20.893	17.708
Depreciação e amortização (a)	385	550	433	601
Honorários de Diretoria e Conselho de Administração	2.628	3.315	2.628	3.315
Consultorias e Assessorias	1.440	3.718	1.440	3.718
Provisão para Processos	1.387	209	1.654	250
Emolumentos, Taxas e Contribuições	1.281	1.673	1.388	1.723
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	994	1.091	1.245	1.429
Honorários sobre Assuntos Legais	1.152	1.496	1.152	1.512
Aluguéis de Software	881	502	886	512
Multas	702	181	763	239
Energia Elétrica	689	676	997	1.009
Pis e Cofins sobre Outras Receitas Operacionais	783	607	849	639
Imposto Predial e Territorial Urbano	637	570	637	570
Material de Consumo	466	178	557	197
Outras despesas gerais e administrativas	4.694	4.947	6.067	5.590
	59.551	56.891	66.449	61.733

(a) O valor de depreciação e amortização está divulgado na demonstração de resultado do exercício, somado à depreciação e amortização do grupo de despesas com vendas e comerciais.

31. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Outras receitas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Indenizações	1.583	1.421	1.584	1.574
Alienação de ativo imobilizado	1.644	779	1.708	1.147
Aluguéis	39	52	47	60
Vendas de sucatas e outros materiais	1.432	2.178	1.726	2.448
Outras	721	11.640	2.406	12.394
	5.418	16.070	7.471	17.623

Outras despesas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Furtos e roubos	314	195	470	382
Custo da alienação de ativo imobilizado	854	230	905	252
Custo da venda de outros materiais	1.467	7.776	1.649	6.532
Outras	115	1	736	3.039
	2.750	8.202	3.760	10.205
	2.668	7.868	3.711	7.418

32. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Varição cambial ativa (a)	48.702	64.842	48.702	64.842
Rendimentos de aplicações financeiras	2.803	3.566	2.872	3.908
Descontos obtidos	561	1.947	2.289	3.595
Juros ativos	578	1.277	722	1.415
Outras	8.008	1.873	8.198	1.920
	60.652	73.505	62.783	75.680

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Juros sobre financiamento	25.621	26.156	30.094	27.938
Varição cambial passiva (a)	35.560	57.024	35.560	57.024
Descontos concedidos	8.231	5.927	8.923	6.426
Taxas e despesas bancárias	6.706	4.300	6.875	4.432
Outras	13.723	5.735	14.086	6.022
	89.841	99.142	95.538	101.842

(a) As variações cambiais ativas e passivas decorrem, principalmente, das operações de exportação.

33. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

* * *

MARCOS BARBIERI COUTINHO
Diretor Presidente

EDVAL FURIERI CURTO
Diretor Administrativo

EMERSON LEONARDO LÁZARO
Diretor Financeiro

IDIVAU NICCHIO
Contador – CRC-ES 014642/O-5